

## História do Casamento e do Amor. Inglaterra, 1300-1840

Elisabete Dória Bilac\*

Quem leu as obras anteriores de Macfarlane já traduzidas entre nós (1), há de reconhecer, neste seu último livro – **História do Casamento e do Amor** – o mesmo tema, a mesma preocupação recorrente: a constituição do individualismo na sociedade inglesa.

Assim, o estudo de demografia histórica realizado neste último é quase um pretexto, uma perspectiva a partir da qual se busca apontar mais um aspecto da formação precoce da mentalidade individualista na Inglaterra – fruto, por sua vez, das “peculiaridades estruturais” desta sociedade – e que acabaria por conduzi-la ao capitalismo muito antes que os demais países europeus.

A primeira parte do livro (os três primeiros capítulos) é uma longa (re) construção de uma problemática. Trata-

se, inicialmente, de resgatar a teoria malthusiana – não apenas a triste equação entre população e recursos mas, também, e, principalmente, a importância do casamento tardio e das altas taxas de celibato como eficazes “controles preventivos”, que impedem que o crescimento populacional excessivo termine por dilapidar os frutos do crescimento econômico e leve ao “controle positivo” da fome e da miséria.

Mais do que isso, trata-se especificamente de resgatar a análise que Malthus realiza da sociedade inglesa de seu tempo, demonstrar sua validade e sua acuidade, o que lhe permite ser usada como um modelo teórico (ou em outras palavras, um “tipo ideal”) no exame de outros momentos e outras situações da história inglesa.

Como é sabido, para Malthus a adoção do casamento tardio na Inglaterra, por todas as camadas sociais, se devia à uma combinação de quatro características peculiares desta sociedade: a presença de uma ética geral aquisitiva; o fato de ser uma sociedade hierarquizada (do ponto de vista do prestígio social) e desigual (do ponto de vista da ri-

\* Professora-assistente-doutor do Departamento de Sociologia da F.C.L/UNESP-CAr.

\*\* MACFARLANE, Alan – 1990. **História do Casamento e do Amor, Inglaterra, 1330-1840**. Tradução Paulo Neves. São Paulo, Companhia das Letras, 391p.

queza) mas, ao mesmo tempo, permitir e estimular a mobilidade na medida em que aceitava a transformação da riqueza em "status"; a instituição da propriedade privada garantida por um governo justo e forte; e, principalmente, o gosto pelo conforto e pelo bem estar, generalizado entre a população da nação mais rica da Europa, acostumada, em sua grande maioria, à um padrão de vida muito acima da subsistência.

Desta forma, a propriedade, a desigualdade, o desejo de mobilidade social, de conforto e de riqueza é que permitiam o controle da "paixão entre os sexos" acenando, em oposição aos impulsos biológicos, com as vantagens de uma vida material confortável, possível desde que não fosse comprometida por casamentos precoces e encargos familiares excessivos em relação a salários insuficientes.

Enfim, para o Autor, Malthus já teria captado a essência do sistema inglês de casamento – monogâmico, baseado em escolhas individuais e racionais economicamente ponderadas – e sua profunda "adequação de sentido" ao capitalismo.

Contudo, a pertinência do pensamento malthusiano só recentemente revelou-se em toda a sua amplitude, após as descobertas recentes permitidas pelos trabalhos de Wrigley e Schofield (1981).

Os estudos destes autores antes de mais nada sugerem a existência deste padrão de casamento na Inglaterra já no século XVI. Teria sido ele o principal responsável pelo equilíbrio homeostático de "baixa pressão" (baixa fecundidade e baixa mortalidade) que caracterizou este país até meados do século XVIII. A partir daí, contudo, a nupcialidade teria aumentado de forma notável e a idade média ao casar das mulheres teria caído de 26 para 23 anos. Em um contexto de baixa mortalidade, o resultado foi um explosivo crescimento populacional.

Wrigley e Schofield reafirmam as proposições malthusianas, não apenas pela demonstração de que é a fecundidade o elemento determinante da dinâmica demográfica mas também na medida que relacionam as variações da nupcialidade com as variações dos salários reais. A sugestão decorrente destes autores, portanto é de que entre os séculos XVI e XIX está-se diante de um **mesmo padrão de casamento**, baseado na tomada de decisões e estas teriam como critério os salários. Neste sentido e por sua própria natureza, este sistema de casamento é flexível o bastante para permitir diferentes resultados em termos de seu impacto no crescimento demográfico, pois a nupcialidade pode aumentar associada a uma queda na idade ao casar nos períodos que se seguem a um prolongado crescimento econômico e cair, associada à uma postergação da idade ao casar nos períodos de desaceleração econômica.

Se os trabalhos destes autores permitem assim reafirmar a pertinência da análise malthusiana para o caso inglês, os inúmeros estudos das últimas décadas referentes às sociedades da Europa Oriental e do Terceiro Mundo, na medida em que revelam sistemas familiares absolutamente diferentes, comprovam, por exclusão, a especificidade do "casamento malthusiano". Este teria ocorrido apenas na Inglaterra e talvez na Europa Ocidental.

Assumida e corroborada a importância do sistema de casamento malthusiano para explicar a história econômica e social da Inglaterra e "para analisar os atuais desenvolvimentos em várias partes do mundo", a tarefa que o Autor se propõe é a de precisar de que modo "o sistema funcionou como um conjunto de instituições interligadas e de quando emergiu" (p.59). Trata-se, portanto, de examinar a história inglesa no período que vai de "Chaucer a Malthus", ou seja, do final do século XIV ao começo do século XIX.

A própria extensão do período impõe, para Macfarlane, a metodologia do modelo atemporal, que abstrai as mudanças históricas que permitiriam a identificação de subperíodos, em favor da "ênfase na continuidade". Do mesmo modo, são abstraídas as diversidades sociais e regionais na composição da população inglesa nestes cinco séculos.

Sua busca envolve a utilização das mais diferentes fontes: registros locais, autobiografias, diários e correspondência privada de época, estudos sobre o direito consuetudinário inglês, documentação dos tribunais eclesiásticos, literatura ficcional, aí incluídos os manuais de correspondência; a obra dos moralistas e filósofos, etc.

Neste emaranhado de fontes busca identificar as decisões econômicas, políticas, jurídicas e culturais que estariam por baixo do sistema de casamento malthusiano, referentes ao valor dos filhos, à formação de unidades domésticas independentes, à finalidade e às normas de casamento, às regras de namoro, ao amor romântico.

Sua conclusão básica é a de que, na Inglaterra, a reprodução foi, desde há muito tempo, provavelmente já no século XIII, assunto dependente de escolhas e decisões individuais, nas quais pesaram sempre o cálculo de custos-benefícios.

Para ele, assim como para outros autores que estudaram o período, já no século XIV há indícios de que a família inglesa da grande maioria da população já não funcionava mais como unidade de produção e de consumo. A instituição do serviço doméstico em casa alheia, da aprendizagem e o trabalho assalariado, estimulavam o abandono precoce da casa paterna. O próprio direito consuetudinário considerava os filhos como individualidades economicamente separadas dos pais, com direito à posse individual de bens her-

dados ou adquiridos e aos rendimentos de seu trabalho. Por outro lado, a propriedade sempre "descendia", isto é, passava dos pais aos filhos, jamais ao contrário.

Tudo isto parece ter favorecido, nesta época, a generalização de um novo sistema familiar – separado, nuclear, neolocal. A família não era o pivô do sistema econômico, político ou religioso. Nestas condições, os filhos seriam uma "dívida ambígua", uma vez que não trariam necessariamente nenhuma vantagem econômica.

Este contexto favorece, por sua vez, uma concepção particular de casamento, surgido de uma mistura de tradições teutônicas com os ideais do cristianismo primitivo, que se baseava em quatro elementos principais:

- o casamento era de interesse básico do casal;
- sendo uma questão de escolha, portanto de "vocaçãõ", a que nem todos eram chamados, ocupava uma posição inferior ao celibato;
- nestas condições o vínculo marido-mulher, quando existente, torna-se mais importante que os laços familiares com colaterais ou ascendentes;
- a base deste vínculo, inicialmente nas classes populares, posteriormente nas demais, era o amor romântico.

Por um outro ângulo, Macfarlane reafirma assim, as conclusões a que já havia chegado em sua obra anterior – os indicadores mais significativos do capitalismo (todos eles necessários como base de sustentação do casamento malthusiano) ou seja, o estabelecimento da noção da propriedade privada, o uso generalizado de valores monetários e a presença do mercado; a existência em larga escala do trabalho assalariado já estão presentes na sociedade inglesa, talvez desde o século XIII. Em assim

sendo, a história do capitalismo inglês tem que ser redatada e repensada: "(...) Seguramente há poucas provas para suposta transformação de uma sociedade basicamente agrária, "camponesa" de subsistência e propriedade comunal, para uma sociedade capitalista, nos séculos XVI e XVII conforme sugere a cronologia de Marx-Weber. Se meu argumento for aceito, encontramos numa posição melhor para perceber que há uma associação muito mais longa e profunda entre o sistema de casamento malthusiano e outros aspectos da sociedade. Ambos poderiam ser vistos como parte daquele "arco burguês que se estende desde o século XII até a época presente". A ausência de qualquer sinal de um verdadeiro campesinato nos séculos XIV e XV seria, portanto, causa e efeito ao mesmo tempo, do sistema familiar e demográfico." (p.340).

A conclusão é assim, como se vê, fascinante, porém de aceitação discutível.

A metodologia de "longa duração" de Macfarlane, ao mesmo tempo que lhe permite as maiores ousadias de interpretação torna esta última extremamente frágil. A abstração feita em cinco séculos da história inglesa de sua temporalidade, de sua rica diversidade social e regional compromete seriamente a análise institucional realizada, mesmo da perspectiva da "sociologia compreensiva" que (ao que tudo indica, embora não tenha sido jamais colocado de forma explícita) lhe parece servir de paradigma.

Como imaginar que as profundas e radicais mudanças sócio-econômicas pelas quais passou a Inglaterra nestes cinco séculos conturbados não tenham afetado, ao final, o significado das ações sociais? Como imaginar que os próprios atores sociais tenham sido sempre os mesmos – algo como as "camadas populares" – abstraindo as diferenças en-

tre "cottagers" e proletários agrários e, posteriormente, os proletários urbanos? Como não levar em conta a diferença qualitativa entre momentos do processo de proletarização?

Neste sentido, outros autores que trabalham com períodos menores e estão mais atentos à estas diferenças, chegam a outras interpretações do processo. Cite-se, como exemplo, Levine (2).

Para este autor, a racionalidade da vida econômica nos moldes capitalistas impôs-se à sociedade inglesa de forma extremamente dolorosa e conflitiva, encontrando enorme resistência, uma vez que se chocava violentamente com a racionalidade (inconsciente) da "cottage economy".

É no contexto desta última e de sua metamorfose a partir do século XIV que deve ser entendida a formação do padrão familiar inglês com sua ênfase tripartida na idade tardia do casamento, no estabelecimento de unidades domésticas nucleares através da aquisição da independência antes do casamento.

Embora estes traços tenham sido retidos no modelo de família proletária que se constitui no século XIX, após o interregno da primeira fase da industrialização, seu significado será agora completamente outro, associados à novas estratégias de reprodução.

Enfim, o debate sobre as articulações entre formação do capitalismo, modelos familiares e padrões demográficos na sociedade inglesa é extremamente rico e diversificado. Sua importância teórica é muito grande para todos os estudiosos de população.

A tradução do livro de Macfarlane vem permitir a divulgação junto ao público especializado brasileiro, de uma das posturas teóricas assumidas no seu interior. Neste sentido, seria importante que se traduzisse também o trabalho de Wrigley e Schofield pois entre as duas obras existe uma evidente (senão inten-

cional) complementariedade. A obra de Macfarlane, na medida que analisa os padrões, as normas, os costumes, vem acrescentar "carne e sangue" à reconstrução quantitativa daqueles autores (3). Por outro lado, seria de suma importância a tradução dos trabalhos de alguém como Levine, que parte de outros postulados procurando evitar uma pers-

pectiva neoclássica.

Se assim fosse, as Ciências Sociais no Brasil e não apenas a Demografia, sairiam ganhando. E muito.

Uma única advertência, porém, se coloca para o caso de novas edições ou de outras traduções. A estas alturas, não é mais possível aceitar-se a tradução do inglês "fertility" por fertilidade. . .

---

#### Notas

(1) MACFARLANE, Alan - 1980. **Família, Propriedade e Transição**. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro, Zahar, 233p.

————— - 1989. **A cultura do Capitalismo**. Tradução Ivo Koritowski. Rio de Janeiro, Zahar, 300p.

(2) LEVINE, David - 1987. **Reproducing Families. The Political Economy of English Population History**. Cambridge, Cambridge University Press.

(3) WRIGLEY, E.A. & SCHOFIELD, R. - 1981. **The Population History of England. 1541-1871: A reconstruction**. Cambridge, Harvard University Press.